

O uso das ferramentas sociológicas de Pierre Bourdieu para a pesquisa da História Intelectual da Educação

Resumo

O presente trabalho busca apresentar a teoria praxiológica de Bourdieu, que associa campo, *habitus* e capital, resultando numa determinada prática, propõe uma análise do mundo social que rompe com a abordagem da fenomenologia e do objetivismo, como mais um instrumental teórico possível para análise de biografias/trajetórias de intelectuais da educação. A prática, ou seja, o que realmente se efetiva num determinado tempo histórico e social, não depende apenas do agente, no sentido de uma escolha individual, mas do campo como um todo – o que a “sociedade” oferece como possibilidade. Sendo assim, conforme a quantidade de capital acumulado no espaço social permite que cada indivíduo assuma ou não posições de poder e prestígio nas diferentes esferas que escolha atuar. Nos estudos que tratam de biografias ou trajetórias intelectuais, o *habitus* se torna uma categoria de análise fundamental ao se referir não só ao indivíduo, mas também a um grupo ou a uma classe que o representa. A noção de campo suporta o de *habitus* e se constitui noutra ferramenta importante. No campo há a distribuição de um capital específico (econômico, social-cultural ou simbólico) que determina a posição do agente. Assim, é possível observar contradições e nuances que podem valorizar as produções historiográficas no campo da história intelectual da educação.

Palavras-chave: Intelectuais, História da Educação, Bourdieu, Trajetórias, Biografias.

João Paulo de Souza da Silva
Universidade Federal do Paraná
jpaulodesouza@hotmail.com

Intelectuais: um conceito em construção

Ao propor analisar uma trajetória ou biografia intelectual, a proposição se faz consciente das reais possibilidades e limitações, uma vez que a biografia, segundo Levi (1996), se constitui num canal privilegiado de transmissão de técnicas peculiares da literatura à historiografia. A literatura, por não prender-se necessariamente às fontes documentais, comporta uma infinidade de possibilidades e esquemas que serviram de referência ao trabalho dos historiadores. Referência que suscitou problemas, questões e esquemas psicológicos e comportamentais, que colocaram o historiador frente a obstáculos intransponíveis pelas fontes, como os atos e pensamentos da vida cotidiana, as dúvidas e incertezas e os momentos contraditórios da existência (LEVI, 1996, p. 168-169).

Consideramos que o conceito tem um valor heurístico, contudo, o tensionamento com o universo de realidade empírica e singular que é objeto de estudo, é que define quais os conceitos a serem empregados em cada estudo. A realidade não pode ser adaptada ao conceito, mas o conceito à realidade. Para emprego de um conceito, é necessária uma designação, um objeto empírico que dê sustentação a ele e características generalizantes que dêem noção desse conceito.

Há a necessidade de saturar as nossas análises na comparação com os conceitos, a noção de tipo ideal (Weberiana) atende às necessidades de interpretação ou de explicação da sociedade, no entanto, é evidente que a realidade não permite a existência de tipos ideais, uma vez que elementos contraditórios permeiam a própria realidade.

A noção de intelectual tem um caráter, polissêmico. Toda tentativa de definição desse conceito, cuja acepção se modifica segundo a própria evolução da sociedade, parece problemática. Assim, as diferentes épocas fornecem modelos distintos de representação do intelectual. (SILVA, 2002, p. 14)

Não é possível naturalizar o conceito de intelectual. É preciso pensar o intelectual como um agente social coletivo. Para compreender tal personagem dentro de um conceito, é preciso perceber continuidades e regularidades na ação desses sujeitos.

Perceber até que ponto o comportamento do personagem é fruto de constrangimentos e quanto é fruto de sua liberdade.

Podemos chamar de intelectuais, de maneira genérica, a um “conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de idéias” (BOBBIO, 1997, p. 109). Os intelectuais sempre existiram, afinal, sempre existiu nas sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra. (BOBBIO, 1997, p. 11)

Este trabalho objetiva propor a análise de trajetórias intelectuais, especialmente na história da educação, a partir dos conceitos de campo, *habitus*, capital, trajetória, sentido do jogo, poder simbólico e estratégia, de Pierre Bourdieu.

Para Rodrigues da Silva a opção de investigar a trajetória de um intelectual ou de um grupo intelectual não se resume a um interesse biográfico ou ao culto a personalidades de destaque em determinado campo, a apreensão do campo intelectual, pressupõe a análise das aquisições e disposições de seus agentes em relação ao campo (RODRIGUES DA SILVA, 2002, p. 120). Nesse sentido, a perspectiva da história intelectual, segundo Vieira é:

[...] estabelecer os nexos, as relações entre os intelectuais, as correntes de pensamento e seu meio social. Investigamos os intelectuais porque consideramos que as suas idéias e as suas trajetórias são testemunhos privilegiados dos diversos projetos formativos que demarcam as disputas em torno do processo de formação das novas gerações. (VIEIRA, 2001, p. 55).

Ou seja, “a história intelectual deve privilegiar a leitura de um texto em relação a seu contexto [o que significa] considerar a obra em relação à formação social e cultural de seu autor ao espaço ou ‘campo’ de produção e à conjuntura histórica desse último.” (RODRIGUES DA SILVA, 2002, p. 12).

Tais conceitos podem auxiliar os historiadores da educação, na percepção de opções teóricas e conceituais e as influências de outros intelectuais, afinal a investigação das idéias, das trajetórias e, sobretudo, do papel social assumido pelos intelectuais tem sido conduzida de maneira a estabelecer a relação entre os agentes, as correntes de pensamentos e o seu meio social. (VIEIRA, 2007, p. 379)

Isso porque o intelectual isolado não existe. Ser um intelectual é pertencer conscientemente e de alguma maneira à coletividade de seus pares. Posto que os intelectuais são grupos de características delimitadas que se reconhecem entre si, falando uns com os outros até mesmo quando pretendem dirigir-se ao público (BOBBIO, 1997: 81).

A análise dessas relações é condição de avaliação da superfície social, uma vez que os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social (BOURDIEU, 2011, p. 189-190).

A partir do cotejamento da literatura, observamos que a noção de intelectual não tem uma definição unívoca. Ao longo da história, suas diferentes ações lhe imprimem significados diversos que fazem com que diferentes épocas expressem significados variados ao termo intelectual.

A investigação do papel dos intelectuais nos processos sociais, referenciando-se em Pierre Bourdieu, considera por intelectual aquele que detêm o monopólio do discurso sobre o mundo social, ou melhor, “aquele que detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluídas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, fazê-las existir” (BOURDIEU, 2004a, 176). O intelectual torna-se, então, um dos principais responsáveis por traduzir em termos teóricos e, sobretudo, nos marcos de ação política, os objetivos almejados pelos diferentes grupos sociais que disputam o espaço de um mesmo campo e o monopólio da autoridade específica do mesmo. Dessa forma, os discursos e práticas desses agentes revelam os vários aspectos que engendram lutas pelo domínio da

produção de bens simbólicos e, assim, fornecem subterfúgios para uma análise historiográfica. (BOURDIEU, 1983, p.52)

A noção de campo serve a designar espaço relativamente autônomo, microcosmo dotado de leis próprias. Se, como o macrocosmo, é dotado e submetido à leis sociais, essas não são as mesmas. Embora não escape às imposições do macrocosmo, ele dispõe de uma autonomia parcial mais ou menos acentuadas. Assim, os universos que podem ser denominados campo literário, artístico, jurídico ou científico, são aqueles nos quais estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. (BOURDIEU, 2004, p. 20-21)

Como ponto metodológico para delimitarmos a compreensão de intelectual, tomamos como referência a noção de campo intelectual, definida como um campo social como outro qualquer, em que existem lutas, estratégias e interesses, possuindo, obviamente, formas específicas. O campo intelectual está conexo a um campo político específico. Neste campo político, os sistemas de relações definem o estado do campo intelectual, através da formação de um sistema de posições estéticas e políticas dos intelectuais, estabelecidas a partir dos indivíduos e dos grupos e, reunidas num sistema de tomadas de posição concorrentes (BOURDIEU, 2011).

Entender a dinâmica dos grupos de oposição e apoio nas ações públicas dos intelectuais demanda na maioria dos casos, a análise de sua formação familiar e acadêmica, revelando as opções de atuação e de alianças mantidas pelos intelectuais, bem como os capitais envolvidos em sua ascensão pública. Consideramos de fundamental importância a avaliação da tensão entre as vivências dos educadores no espaço público e no espaço privado e como eles as representam.

Ao nível da representação parece ser flagrante uma dissociação entre o primeiro e o segundo. Se no público, define-se o âmbito de uma política construída onde o que predomina são os valores da racionalidade, da ciência e do cálculo; no espaço privado, o que parece prevalecer é a expressão da espontaneidade, da emoção, do desejo. (NUNES, 1990, p.42-43) Compreender as disposições dessas personagens e quanto cada um dos

espaços influencia no outro, é o que nos abre possibilidades na busca por uma compreensão holística de suas trajetórias/biografias.

As contribuições de Bourdieu para uma história intelectual da educação

Segundo Pierre Bourdieu, o espírito de família, alicerçado pelo capital cultural¹ herdado e pelo *habitus*, tende a definir o campo da produção cultural, operando numa lógica de reprodução e distribuição do capital cultural. Bourdieu denomina de *habitus* “[...] um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. (2011, p.191.)

Assim, desnaturaliza-se a imagem do intelectual como indivíduo dotado de características especiais que justificam sua condição, mas apresenta a construção do intelectual como uma resultante das combinações entre herança familiar (cultural e econômica) e suas disposições.

Para Bourdieu, o capital cultural aparece como conjunto de prioridades adquiridas pelos indivíduos e que se consubstanciam por um estado incorporado – como disposições duráveis do organismo, um trabalho do indivíduo sobre si mesmo, como um “cultivar-se” que traduz o tempo investido na aquisição de modos potenciais de ação. Já o estado objetivado do capital cultural refere-se a um certo número de prioridades definidas apenas em relação ao capital incorporado e que podem associar-se aos suportes materiais (escritos e quadros, por exemplo). Entretanto, mesmo sendo transmissíveis

1 Bourdieu afirma que a família transmite a seus filhos um conjunto de bens que permite a conservação de uma boa posição social por estes descendentes, tornando possível sua inserção nos grupos sociais de maior prestígio e poder, ao longo do tempo histórico. Há, portanto, uma herança passada de geração em geração, que permite manter a estabilidade social da família diante das mudanças sócio históricas. Essa herança constitui-se dos capitais econômico, escolar, social e, dentre estes, do capital cultural. Desse modo as crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente os hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhes possam dar. Elas herdam também saberes (e um “savior-faire”), gostos e um “bom gosto”.[...] Como o deciframento de uma obra da cultura [...] supõe o conhecimento do código segundo o qual ela está codificada, pode-se considerar que os fenômenos de difusão cultural são um caso particular da teoria da comunicação. Mas o domínio do código só pode ser adquirido mediante o preço de uma aprendizagem metódica e organizada por uma instituição expressamente ordenada para esse fim. (BOURDIEU, 1998, p. 45-63)

como o capital econômico, na verdade dependem do capital cultural incorporado para que possam ser desfrutados.

Já a noção de *habitus* seria equivalente a um “conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada”. (BOURDIEU, 2011, p. XLII.) A partir de elementos dispostos no *habitus* de cada um, há uma “comunicação de consciências”, quando os grupos compartilham das inúmeras competências que perfazem seu capital cultural, como uma espécie de princípio que rege as trajetórias possíveis e potenciais das práticas. (BOURDIEU, 2011, p. XLII.)

Sendo o *habitus* uma matriz das percepções, apreciações e ações do indivíduo, também lhe é conferido o poder de gerar as práticas. Nas palavras de Bourdieu, enquanto que o “*habitus* completa o movimento de interiorização das estruturas exteriores, a prática revela os sistemas de disposições incorporadas”. (2011, p. XL) Contudo, como nos alerta Bourdieu, a análise de um *habitus* não se restringe apenas às práticas dos grupos e seus discursos, mas incide sobre as condições materiais de sua existência (IDEM, XLVIII).

O conceito de *habitus* leva ainda à elucidação daquilo que comumente se denominam por “escolhas” ou mesmo “vocação” e que se constituem enquanto um “[...] sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras obviamente ajustadas às estruturas objetivas”. (BOURDIEU, 2011, p.201.)

A proximidade dos *habitus*, predispõe à aproximação: as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, seus gostos) e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de abordar, de mobilizar. (BOURDIEU, 1996b, p. 25) Assim, levamos em conta a afirmação acerca da análise do campo intelectual, que segundo Bourdieu, “[...] é determinado em sua estrutura e em sua função pela posição que ocupa no interior do campo do poder”, derivando assim de um “sistema de posições predeterminadas”. (2011, p.190.)

As práticas dos indivíduos, por sua vez, estão diretamente relacionadas a um discurso específico, uma vez que este deve assegurar o domínio simbólico dos princípios que regem aquelas. (IDEM, XLIII). O discurso é o instrumento de expressão e transformação da prática política e, é através dessa relação entre discurso/prática que se chega à compreensão de um determinado *habitus*.

Tais práticas e ideologias, geradas “por um princípio gerador e unificador”, justamente porque constituídas por estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o cerne do que Bourdieu trata enquanto trajetória, que ao serem “determinadas no interior de um campo intelectual”, tendem a revelar a “posição determinada na estrutura da classe dominante”, ou interesses e mesmo conflitos entre as “frações de classe dominante”, revelando assim o entorno e a constituição dos capitais geradores de relações sociais.

O capital cultural, segundo Bourdieu, pode apresentar-se sob três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado. Como o capital cultural pressupõe um processo de interiorização do processo de ensino e aprendizagem, exige, necessariamente, de um investimento de tempo. Desse modo, o capital cultural incorporado constitui-se parte integrante da pessoa, não podendo, justamente por isso, ser trocado instantaneamente, tendo em vista que está vinculado à singularidade até mesmo biológica do indivíduo. Nesse sentido, está sujeito a uma transmissão hereditária que se produz sempre de forma quase imperceptível. Segundo Bourdieu (1997, p. 86),

A acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital.

Por outro lado, o capital cultural objetivado, é materialmente transferível a partir de um suporte físico, tratando-se da transferência de bens, e está diretamente relacionada com o capital cultural incorporado, ou seja, com as capacidades culturais que permitem o desfrute de bens culturais. Logo, o capital cultural objetivado pode ser

apropriado tanto materialmente (capital econômico) quanto simbolicamente (livros, obra de arte, etc.).

Por fim, o capital cultural institucionalizado corresponde à herança cultural garantida pelo título escolar, bem como à autoridade e legitimidade dela decorrentes. Historicamente vinculada ao Estado, a “nobreza togada”, assenta seu status instituindo-se e nomeando-se juridicamente, acabando por constituir-se numa “verdadeira nobreza de Estado” (BOURDIEU, 1996b). Por meio do título escolar ou acadêmico, outorga-se reconhecimento institucional ao capital cultural possuído por uma determinada pessoa.

Isso porque o capital cultural institucionalizado, como por exemplo, os diplomas, atuam como certidões de competência cultural, conferindo aos seus portadores um valor constante, convencionado e garantido com relação à cultura. Esse certificado é como um reconhecimento institucional do capital cultural do indivíduo e permite que se estabeleçam valores para seus detentores que podem ser trocados no mercado de trabalho.

Essa forma de capital é encontrada em abundância dentro do campo intelectual, correspondendo a “moeda de troca” dos integrantes desse grupo em suas relações sociais. Assim, o que transparece nos discursos dos intelectuais é aquilo que Bourdieu denominou como linguagem autorizada correspondente às “condições sociais da eficácia do discurso ritual”, em que:

o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação do que ele está investido. (BOURDIEU, 1996a, p. 87.)

Bourdieu sublinhou os mecanismos de reprodução social, apoiado em uma análise das relações entre dominação econômica, política e cultural; entre estruturas mentais/simbólicas e estruturas sociais, investindo em uma leitura das relações de poder que supera, a um só tempo, a tese da determinação estrutural e a tese culturalista da imposição ideológica, visando construir uma teoria das relações entre estrutura

econômica e bens simbólicos, demonstrando como as imposições estruturais agem em espaços considerados imunes ao seu poder, tais como o campo da ciência, da arte e da educação. Essa teoria relacional do mundo social analisou os processos de comunicação, pois estes evidenciam as formas de imposição e de subordinação derivadas do poder material e simbólico dos enunciadores.

Os intelectuais são representados nesse quadro analítico como produtores de capital simbólico, expressando os interesses das classes dominantes e aqueles próprios dos cultos que lutam pelo monopólio da produção do capital simbólico. Os intelectuais, inclusive aqueles vinculados aos partidos da esquerda tradicional, foram analisados e duramente criticados por Bourdieu. A crítica às posições do *homo academicus* escapa à ideia de conspiração das elites cultas contra o povo, mas apresenta o processo de formação dos detentores de capital cultural no âmbito da lógica do campo intelectual internalizando esquemas de percepção que naturalizam as hierarquias e as relações de poder, transfigurando-as e, por consequência, justificando-as em nome da tradição, da razão e do mérito. (VIEIRA, 2008, p. 78-79)

O emprego das categorias desenvolvidas por Bourdieu nem sempre podem ser aplicadas como ferramentas heurísticas sem uma adaptação/crítica prévia, especialmente com relação aos estudos em História da Educação. Isso porque dos três principais conceitos bourdieusianos (*habitus*, capitais e campo), o conceito de campo além de sociológico envolve um caráter histórico uma vez que é fruto da codificação de práticas e relações que levam a um grau de autonomia específica dentro de um determinado grupo social. Sendo que uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é a sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas, de modo que quanto mais autonomia for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, freqüentemente, de se tornarem irreconhecíveis. Desse modo, quando ao nos referimos ao campo educacional, muitas vezes podemos tratar de um campo que não obedece aos preceitos bourdieusianos, mas sim do espaço social ocupado pelos educadores e pensadores da educação no que se constituía à época um campo (em termos

boudieusianos) em formação. Em última instância, no caso específico da História da Educação no Brasil, podemos até estabelecer a perguntar acerca da existência ou não de um campo educacional no Brasil, uma vez que a seara educacional encontra-se extremamente sujeita às injunções de caráter político, podendo ser observada muitas vezes como um apêndice do campo político.

Considerações

Nunca é demais lembrar que o trabalho de caráter biográfico, embora um gênero popular, não se configura em um exercício livre; como todo trabalho histórico, apóia-se em fontes, hierarquizadas segundo a relevância e a proximidade dos fatos que relata. Destaca-se também pela sua forma, fruto de exigência cognitiva, em buscar tornar compreensível uma existência singular, mais que a construção de exemplaridades destinadas a encarnar verdades. Assim, as biografias não são a narrativa de uma trajetória individual estudada por si mesma, mas um questionamento sobre o que tornou possível e pensável a trajetória em análise num dado contexto que é necessário reconstruir (REVEL, 2010).

Um dos objetivos centrais da história dos intelectuais está no investimento de desenclausurar os intelectuais das suas obras de pensamento, tornando possível pensá-los no que concerne às suas ações políticas na ágora moderna. Desse modo, os textos filosóficos, científicos e literários ganham sentido como fonte ou como acontecimento, quando estes encerram significados políticos específicos.

Reassociar as ideias aos seus contextos de produção e de recepção é condição para construir uma história intelectual articulada à história das linguagens, das profissões ligadas à esfera cultural, das formas de transmissão da cultura e dos meios e dos lugares de difusão do conhecimento. (VIEIRA, 2008, p. 80)

Uma das principais características do instrumental teórico desenvolvido por Bourdieu é o fato de este ter deixado como herança uma obra aberta que enreda um pensamento em movimento não linear, presente nas revisões e retomadas sucessivas dos

núcleos e questões de sua abordagem sociológica reflexiva e responsável pelo formato semântico e sintático de suas produções. (MEDEIROS, 2007, p. 7) Isso, devido ao fato que Bourdieu estava convencido de que deveria fornecer, a todos aqueles que quisessem, os meios de verificar por eles mesmos em suas situações particulares de pesquisa e em suas experiências sociais pessoais, maneiras de compreender o que ele construía teoricamente e que emergia de suas incursões na prática. (MEDEIROS, 2007, p. 88)

Desse modo, entendemos que as contribuições de Pierre Bourdieu colaboram tanto no sentido de compreender a formação dos intelectuais, as suas inter-relações, bem como compreender as escolhas realizadas, seja na condição do intelectual autor (entendendo como tal, o que se notabiliza pela produção de textos que exercem influência no seu campo), como na condição de intelectual ator (aqueles que embora não desenvolvam atividade de produção intelectual, ou o façam de modo mais restrito, se notabilizam especialmente na organização do campo e em ações práticas). Tal ferramental teórico possibilita perceber as conversões realizadas entre os diferentes capitais (econômico, político, cultural, simbólico), dentro das trajetórias dos agentes em estudo, como também as escolhas aparentemente incoerentes, mas que possam embutir no seu âmago disposições inconscientes na forma do que Bourdieu denominou *habitus*.

No entanto, o emprego da teoria praxiológica para além dessa análise pode fazer o historiador incorrer no risco de desenvolver pesquisas de caráter sociológico e não histórico. Para tanto nunca é demais lembrar que o uso das ferramentas de análise desenvolvidas por Pierre Bourdieu são mais um instrumento possível para a análise das fontes históricas e jamais o único.

Referências

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASWUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Luis Guerreiro Pinto Cacaís, João Ferreira, Gaetanolo Monaco, Renzo Dini e Carmem C. Varrialle. Brasília: UNB, 1998.

BOURDIEU, Pierre. (As) *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004a.

_____. (A) *Economia das trocas simbólicas*. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. (A) *economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996a.

_____. (A) *Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. Trad. Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). Pierre Bourdieu: escritos de educação, p. 39-64. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. (A) *Ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. (O) *Poder Simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. 3. ed. Campinas-SP: Papirus, 1996b.

_____. (Os) *Usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora da UNESP, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Trad. João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Estudos Históricos, v. 7, n. 13. p. 97-113. Rio de Janeiro: Editora CPDOC, 1994.

_____. *O mundo como representação*. in: *Estudos Avançados*. [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191. ISSN 0103-4014.

DOMINGUES, José Maurício. *Do Ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEVI, Giovanni. *Os usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. *A teoria sociológica de Pierre Bourdieu na produção discente dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil (1965-2004)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

NUNES, Clarice. *História da Educação: Espaço do desejo*. Em Aberto. Brasília: INEP/MEC, 1990, v. IX, n. 47, p. 37-45. Disponível em:
<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/739/659>.

REVEL, Jacques. *História e Historiografia. Exercícios Críticos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual: entre Questionamentos e perspectivas*. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). *Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

_____. *O Movimento pela Escola Nova no Paraná: Trajetória e Idéias Educativas de Erasmo Pilotto*. In *Educar em Revista*. Curitiba, v. 1, n. 18, p. 53-74, 2001.

_____. *Intelectuais e o Discurso da Modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba-1927)*. In: Bencostta, Marcus Levy Albino (org.). *Culturas escolares saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007b, p. 379-400.

_____. *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a História Intelectual*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, p. 63-85, 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo; GONDRA, José. *Mapas da Produção em História da Educação*. In: GONDRA, José. *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.7-13.